

NEGOCIOS

ECONOMÍA, MERCADOS, FINANZAS

5-626-72-29 / e-mail: negocios@reforma.com

**EXTRA! EXTRA!
EXTRA! EXTRA!
EXTRA! EXTRA!**

CHEGOU O

R.A.G. 2009

SEPLAN
Secretaria do Estado de Planejamento
e Coordenação Geral



Governo de
Mato Grosso

MONRO
UGARTE
CHEDRAUI COMPRÓ
los activos de Carrefour e
México, que incluyen 29
tiendas en operación y de
más por abrirse este año
una transacción valuada
cerca de 550 millones de
lares, financiada con un
dito de Inbursa, informó
firma francesa.



Governo do Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

MANUAL TÉCNICO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

ANO DE REFERÊNCIA 2009





Avaliação

Monitoramento

Revisão

Execução dos
Programas

Ciclo de Gestão

Planejamento
expresso em
programas

**Problema ou
demanda da
sociedade**



RAG – 2009/2010

INTRODUÇÃO

- ESTAMOS COMPLETANDO O CICLO DE GESTÃO NO FIPLAN
- COM OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EM MÃOS SE INICIARÁ O TEMPO DE REFLEXÃO SOBRE SEUS PROGRAMAS



INTRODUÇÃO

A Avaliação do desempenho dos Programas e Ações (Projetos/Atividades/Operações Especiais) desenhados no Plano Plurianual - PPA 2008-2011 é operacionalizada anualmente através das Leis Orçamentárias Anuais - LOAs, ou seja, o planejamento de médio prazo e o de curto prazo.

Tem como objetivo contribuir para o alcance dos resultados previstos nos programas, por meio do aperfeiçoamento contínuo da gestão de programas e da alocação de recursos no PPA e nos orçamentos do Estado, de modo a aprimorar a qualidade do gasto público.

A avaliação deve proporcionar informações suficientes para apoiar o juízo sobre o mérito e o valor dos componentes de um programa e de atividades realizadas e a realizar com a finalidade de produzir resultados.



INTRODUÇÃO

O que avaliamos nas Políticas Públicas?

- **Dimensões dos resultados**
- **Eficácia (entrega dos bens ou serviços, com qualidade, no prazo);**
- **Eficiência (economicidade na produção dos bens e serviços);**
- **Efetividade (impactos ou mudanças na realidade promovidos pelos bens e serviços entregues).**



INTRODUÇÃO

PARA QUE AVALIAR?

- **Prestar contas à sociedade – Lei C. 101 de 04/05/2000;**
- **Dar suporte à tomada de decisões – informações gerenciais úteis para a melhoria da gestão;**
- **Aprendizado e aprimoramento das equipes – profissionalização de gerentes e executores (informações, conhecimentos e habilidades gerenciais).**



INTRODUÇÃO

Se Você...

- ...não avalia e mede resultados, não há como distinguir entre sucesso e fracasso.**
- ...não pode ver o sucesso, você não pode recompensá-lo.**
- ...não pode recompensar o sucesso, você está recompensando o fracasso.**
- ...não pode ver o sucesso, você não pode aprender com ele.**
- ...não pode reconhecer o fracasso, não pode corrigi-lo.**
- ...pode mostrar resultados, você ganha apoio público.**

Adaptado de Osborne e Gaebler, 1992



INTRODUÇÃO

PÚBLICO-ALVO

- Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado;
- Auditoria Geral do Estado – controle interno para prevenção de erros e ilegalidades;
- Gerentes e equipes setoriais – subsídio para o replanejamento e ajuste de estratégias;
- Sociedade Civil Organizada.

BASE LEGAL



SEPLAN

Secretaria do Estado de Planejamento
e Coordenação Geral



Governo do
Mato Grosso



BASE LEGAL

CE/89 – ART. 66, INCISO X – atribui competência privativa ao Governador para prestar anualmente à Assembléia Legislativa no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior.

Antes da promulgação da LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 as contas supracitadas eram entendidas como aquelas previstas nos Anexos da LEI Nº 4.320/64: AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

A Lei de Responsabilidade Fiscal provoca, contudo, uma reformulação geral no trato da coisa pública à medida que insere ferramentas de gestão, dispondo que cabe à LDO estabelecer normas de controle de custos e avaliação de resultados dos programas financiados com os recursos dos orçamentos.



BASE LEGAL

Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 8.957/08 – LDO 2009

Art. 31 -

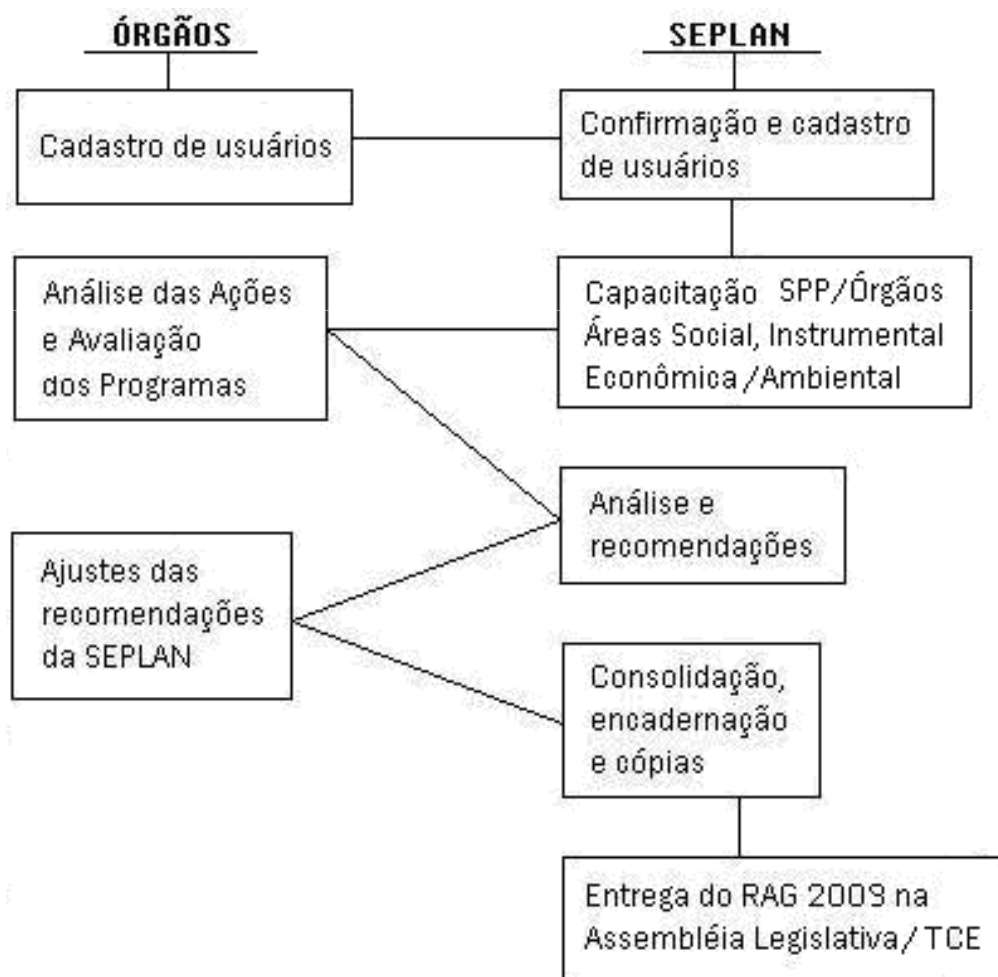
“A avaliação anual dos programas de governo financiados com recursos do orçamento dos poderes Executivos, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública, denominado de Relatório da Ação Governamental, será entregue pelo Chefe do Poder Executivo à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado até o dia 15 de abril do ano subsequente”, contendo:

I – relatórios da evolução dos indicadores dos objetivos estratégicos;

II – relatório da execução dos programas e a evolução de seus indicadores; e

III – relatório dos projetos, das atividades e das operações especiais, contendo identificação, execução física, orçamentária e financeira e nome do responsável pela ação.”

FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO





METODOLOGIA

SEPLAN
Secretaria do Estado de Planejamento
e Coordenação Geral



Governo do
Mato Grosso



Metodologia para a elaboração

Divide-se em duas etapas:

- **1 - ações (P/A/OE);**
- **2 - programas.**

Instrumento de coleta de informações:

Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – FIPLAN

O FIPLAN agrega dados da execução orçamentária e financeira, além de informações de gestão fornecidas pelos responsáveis pelos programas das diretas/indiretas.

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS





AVALIAÇÃO DAS AÇÕES (P/A/OE)

No Relatório de Ação Governamental as análises começam pelas ações, visto que o Gestor do Programa precisa saber qual é o andamento de sua execução, para que possa em seguida avaliar o programa.

Então o que é AÇÃO?

É um instrumento de programação que se propõe atingir o objetivo de um programa, envolvendo conjunto de operações, das quais resultará em produto ou serviço para atendimento de uma demanda, aproveitamento de oportunidade ou enfrentamento de algum problema da sociedade.

Tipos de Ações: Projeto, Atividade e Operações Especiais.



ANÁLISE DAS AÇÕES (P/A/OE)

Perguntas diretas, claras e pertinentes, podem facilitar as análises da AÇÃO, como:

- A meta física foi compatível com a execução orçamentária? Se não, por que: programação, despesas alheias à ação, mudança de estratégia com redução ou aumento de custos, contingenciamentos?
- Os créditos alteraram a entrega dos produtos?
- A relação custo/benefício da ação foi favorável?
- Os demais meios foram suficientes (equipe, informação tecnologia, instalações, suporte institucional)?



ANÁLISE DAS AÇÕES (P/A/OE)

- Como se deu o gerenciamento (reuniões, relatórios, articulações, distribuição das atividades)?
- O PTA foi usado como ferramenta gerencial?
- O objetivo específico da ação estava claro? foi atingido?
- O público alvo que recebeu os produtos ficou satisfeito?
- Os produtos foram entregues nas regiões? Se não foi possível regionalizar, por que?
- Que medidas e tarefas não foram possíveis? Quais não contribuíram?
- Que outros problemas ou restrições aconteceram?



ANÁLISE DAS AÇÕES (P/A/OE)

IMPORTANTE

- O órgão deverá elaborar o relatório de todos os programas de sua responsabilidade, inclusive programa de apoio administrativo (036), programas de operações especiais (996), programa de previdência e pensionistas do Estado (997) e Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais (998).
- No programa de apoio administrativo existem ações não padronizadas e padronizadas.
- As ações não padronizadas têm meta física, portanto, o órgão deverá informar os produtos entregues nos relatórios físico e orçamentário/financeiro normalmente, como se estivesse em um programa finalístico do órgão.
- Já ações padronizadas não têm meta física, sendo desnecessário informar os produtos entregues, apenas deve-se relatar a execução financeira destas ações. Para tanto, poderá se utilizar, no que couber, do roteiro para avaliação das ações e programas contidos no manual.



REGIÃO DE PLANEJAMENTO

O que é?

É o quadro que apresenta a quantidade de bens ou serviços públicos entregues por região, ou seja, corresponde à identificação da distribuição geográfica de bens ou serviços público denominada de regionalização.

É importante lembrar que o texto constitucional dispõe: ***"a lei que estabelece o PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública"***.

Portanto, é necessário um esforço permanente para indicar as regiões às quais se direciona a entrega de bens e serviços públicos

METAS FÍSICAS





META FÍSICA

O que é?

É o atributo do objetivo específico das Ações, criada para melhorar e explicitar os alvos a serem perseguidos e evidenciado na sua realização para uma determinada data prevista.

O que apresenta o QUADRO DA META FISICA no RAG?

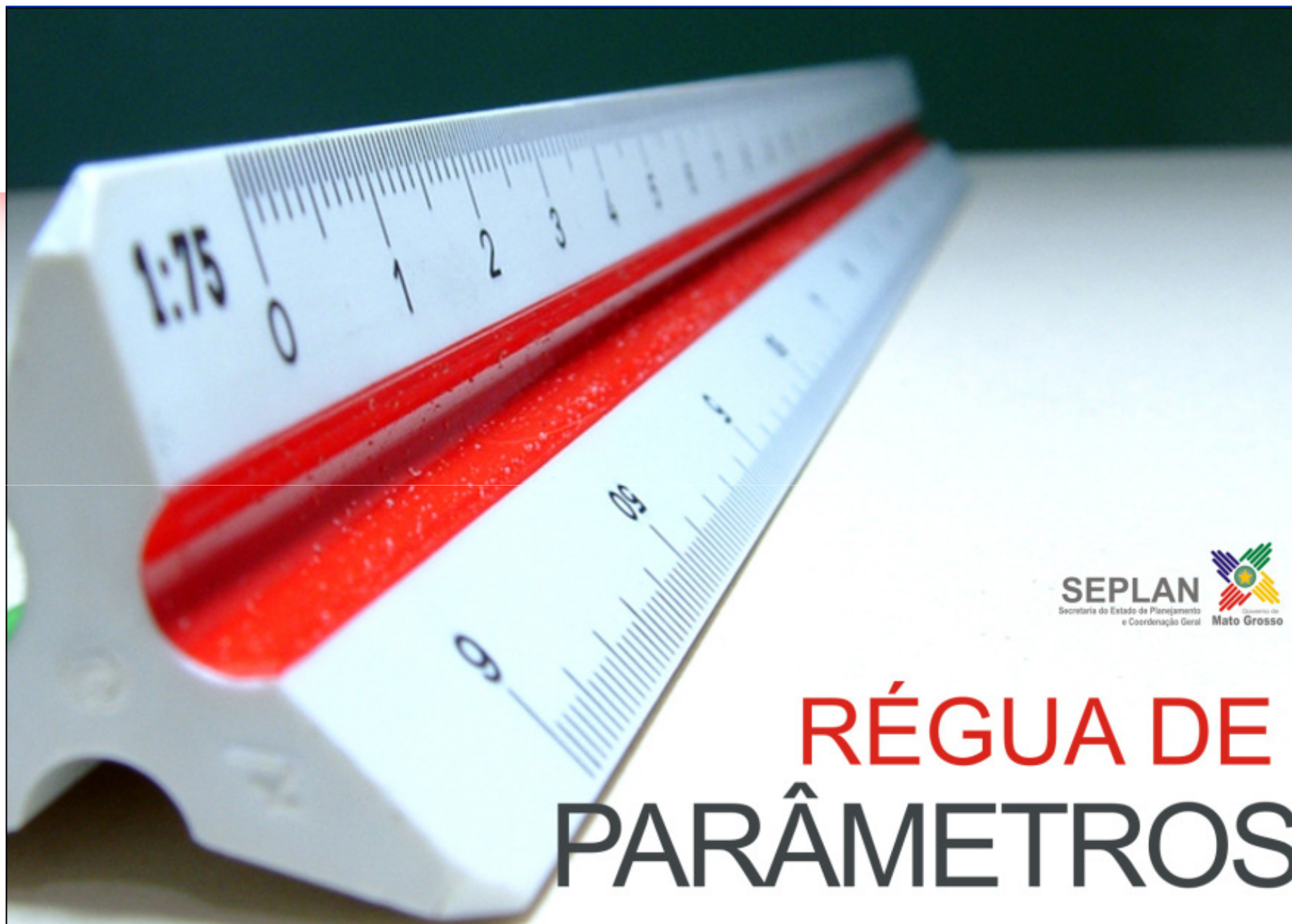
Apresenta os índices apurados dos dados orçamentários propostos e executado para a LOA 2008, e as variações do mesmo que ocorreu durante o exercício, um histórico quantitativo da meta física da AÇÃO.



ANÁLISE DA META FÍSICA

O que se espera ?

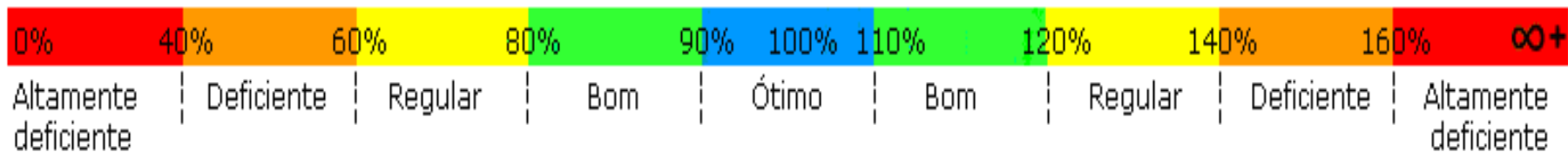
Espera-se que de posse do conhecimento das informações da meta física: prevista, ajustada e realizada, o analista descreva os acontecimentos ocorridos para sua realização, e que ao final demonstre a capacidade do órgão de planejamento e realização atribuídos.



RÉGUA DE PARÂMETROS



RÉGUA DE PARÂMETROS



Da mesma forma que foi utilizada na avaliação de 2008, busca-se com esta régua de parâmetros avaliar a eficiência/eficácia das previsões da despesa orçamentária e da meta física, comparativamente às respectivas realizações.



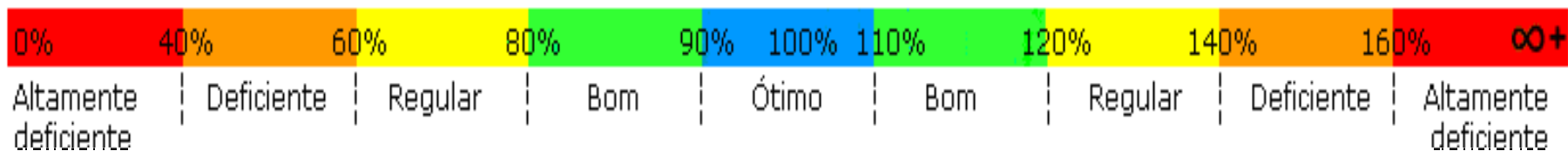
RÉGUA DE PARÂMETROS

Adotamos esta régua por ser conhecida em diversos Estados. Este fato possibilita o estabelecimento de parâmetros, bem como o acúmulo de informações com vistas à manutenção de uma forma padronizada de registros da evolução de nossa gestão.

Outra finalidade que destacamos é a possibilidade, a partir deste referencial, de que os órgãos venham a utilizar a metodologia como uma das formas de realizar uma auto-avaliação, aprimorando cada vez mais sua gestão orçamentária e financeira - este pode ser considerado um dos principais ganhos do processo.

RÉGUA DE PARÂMETROS

Os parâmetros da régua medem o grau de desempenho alcançado na realização/execução do planejamento do órgão:



Como verificamos acima, quanto mais próximo dos 100% melhor foi o desempenho alcançado, e quanto mais distante, pior foi o desempenho.

Existem exceções a essa regra básica. Algumas ações têm melhor desempenho quanto mais próximo de 0% forem seus resultados, como por exemplo, a Ação 2403 - MANUTENÇÃO DA CONDIÇÃO DE LIVRE DE FEBRE AFTOSA sob a responsabilidade do INDEA. Nestes casos, a parametrização do desempenho na régua deve ser ignorada e esse fato deverá ser mencionado e justificado nos respectivos campos de Análise.



Realização Orçamentária/Financeira das Ações e Programas

Quadro da Realização Orçamentária e Financeira

Avalia a execução do orçamento em relação ao que foi previsto na LOA 2009 (lei orçamentária) e após os créditos e contingenciamentos.



Realização Orçamentária/Financeira das Ações e Programas

O índice do PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2009) é resultado da divisão da despesa empenhada pela inicialmente fixada, ou seja, demonstra a capacidade de planejamento do órgão, comparando o orçamento previsto na LOA com o realizado.

O índice do COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) – Valor Contingenciado – é o resultado da divisão do recurso financeiro empenhado em relação à dotação final (após os créditos adicionais) diminuído o valor contingenciado, ou seja, demonstra a capacidade de execução financeira do orçamento, pelo órgão.

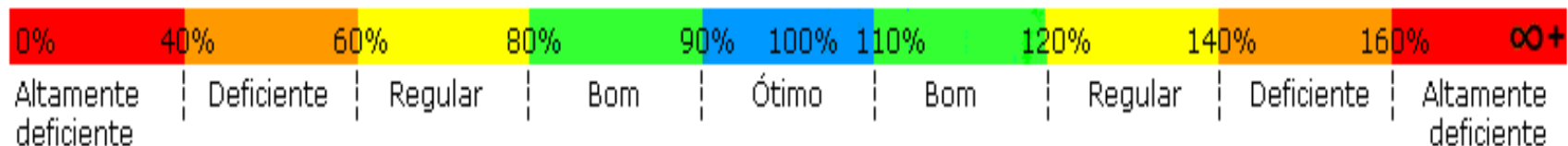
O PPD – Planejamento e Programação de Despesas – que mede quanto o valor empenhado se distanciou do valor orçado na LOA e o COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa – que mede quanto o valor empenhado se distanciou do valor da dotação final, ou seja, dotação inicial (+) os créditos adicionais (-) o valor contingenciado, se houver.



Realização Orçamentária/Financeira das Ações e Programas

Os percentuais do PPD e do COFD serão enquadrados nessa régua de parâmetros (que têm os mesmos parâmetros daquela que mede a meta física) onde será dado valor ao desempenho que eles expressam.

O desempenho alcançado na realização orçamentária e financeira (Índices PPD e COFD acima) será enquadrado nesta régua de parâmetros como **ótimo**, **bom**, **regular**, **deficiente** ou **altamente deficiente**.





Realização Orçamentária/Financeira das Ações e Programas

Análise do Planejamento e Programação da Despesa – PPD, onde será descrita a capacidade de planejamento orçamentário do órgão.

Aqui relacionar os acontecimentos que resultaram no desempenho apurado no PPD e através desse resultado, podemos visualizar de que forma os órgãos estão efetivamente projetando suas despesas, ou seja, se estão realizando corretamente a previsão do orçamento feita no processo do PTA.



Realização Orçamentária/Financeira das Ações e Programas

Análise da Capacidade Operacional Financeira da Despesa – COFD, onde será possível visualizar a capacidade dos órgãos em executar seus recursos financeiros, ou seja, como está a capacidade do órgão quanto sua gestão financeira.

Aqui relacionar os acontecimentos que resultaram no desempenho apurado no COFD.

Ressaltamos que este índice (COFD) não nos fornece informações quanto à qualidade do gasto público, as quais serão supridas pelos órgãos quando preencherem os campos específicos para avaliação da qualidade do gasto no RAG.



ANÁLISE DA AÇÃO

Aspectos considerados:

- **Execução Orçamentária e Financeira,**
- **Alcance dos Objetivos Específicos,**
- **Outros Aspectos Relevantes, e**
- **Recomendações da Unidade Responsável pela Ação.**

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Execução orçamentária e financeira:

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento ou Lei Orçamentária Anual – LOA. Já a execução financeira, é o fluxo de recursos financeiros necessários para atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às Unidades Orçamentárias pelo Orçamento.



ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Na Análise da Execução Orçamentária e Financeira da Ação, o responsável pela ação deverá elaborar uma análise com base no desempenho alcançado e enquadrado na régua de parâmetros como ótimo, bom, regular, deficiente ou altamente deficiente, ou, se não foi executado, explicitando de forma resumida os principais fatos que ocorreram durante a execução da Ação e que prejudicaram o alcance da meta proposta.



ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

No manual terá a orientação para que seja considerado:

na análise da execução orçamentária, entre outros dados:

- se o valor orçado foi suficiente ou insuficiente;
- se não foram liberados recursos;
- se houve dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais; e
- se a Ação não utiliza recursos de origem orçamentária.



ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Na análise da Execução financeira, que seja considerado:

- se os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação;**
- se a liberação dos recursos sofreu descontinuidade, prejudicando, ou não, decisivamente a execução programada;**



ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

- se houve atraso na liberação de recursos;**
- se o financeiro esteve comprometido por restos a pagar ou contingenciamento;**
- se houve atraso na prestação de contas dos Municípios; e**
- se houve dificuldades em licitações, celebração de convênios e contratos.**



ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

É importante considerar também:

- se o público–alvo, bem como o atendimento de suas demandas foram atendidas. Na oportunidade, comentar se o órgão faz levantamentos sobre a satisfação dos clientes;**
- comentar sobre outras restrições/limitações enfrentadas durante a implementação da ação;**



ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

- discorrer sobre articulações ocorridas nos casos em que a ação for complementar de outras do programa;**
- se os recursos postos à disposição (equipes, informações, tecnologia, instalações) foram suficientes;**
- comentar como se deu o gerenciamento da ação (sistemática de reuniões, relatórios, responsáveis por medidas, etc) e se o PTA foi utilizado como ferramenta gerencial;**



ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

- nos casos de contingenciamento ou anulações verificar se foi possível manter a proporcionalidade entre o valor orçamentário/financeiro remanescente;**
- comentar se a relação custo/benefício atendeu ao princípio da economicidade, e, se for o caso, comentar se as medidas/tarefas foram as mais adequadas (inclusive economicamente), para o fim proposto.**



ANÁLISE DAS AÇÕES

Alcance dos Objetivos Específicos:

Neste campo é necessário justificar com base nos resultados da Meta Física, do PPD e do COFD, o nível em que o objetivo específico da Ação (P/A/OE) foi alcançado, tendo em vista que são resultados esperados e que devem se realizar até o final do projeto/atividade.



ANÁLISE DAS AÇÕES

Outros Aspectos Relevantes:

Neste campo o responsável pela ação deverá indicar os principais gastos na Ação que ainda não tenha citado ao responder as questões propostas, bem como o impacto nas ações, caso tenha sido utilizado recursos de origem não-orçamentária.



ANÁLISE DAS AÇÕES

**Recomendações da Unidade Responsável
pela Ação:**

**O responsável pela Ação poderá
indicar quais as providências a serem
tomadas para que ação seja mais
eficiente.**

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

100%



SEPLAN
Secretaria do Estado de Planejamento
e Coordenação Geral
Governo do
Mato Grosso



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O programa deve ser avaliado somente após a avaliação das suas ações e é interessante que – respeitadas as características de cada programa – sejam demonstrados os resultados, quantitativos e qualitativos, alcançados pelo Programa.

Somente após a avaliação das Ações (P/A/OE) é que o Gestor do Programa terá subsídios para realizar a sua avaliação, tendo em conta as metas entregues, os resultados dos indicadores, a realização orçamentária e financeira e o desempenho do programa.

É importante destacar que esta Avaliação, além de gerar importantes subsídios para a gestão do programa, deve ser considerada como um instrumento a serviço do Gestor do Programa.

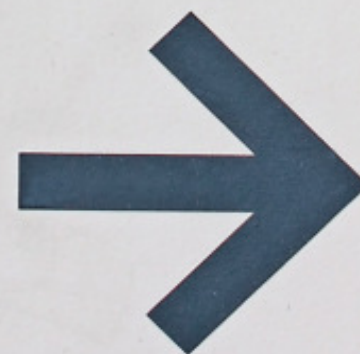
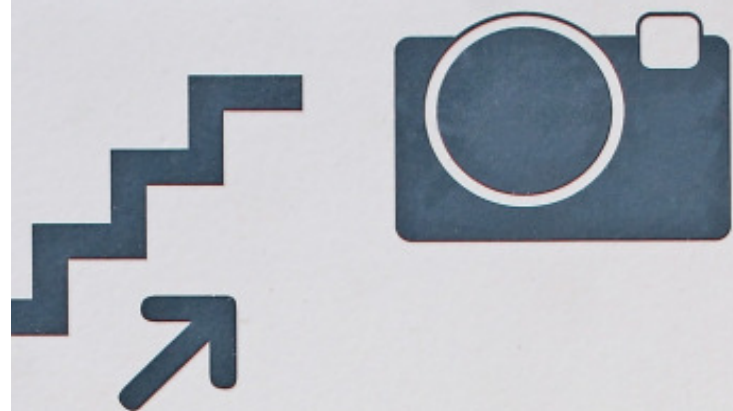


AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Esse processo de avaliação deve ser participativo (em conjunto com as equipes das áreas envolvidas na execução das Ações) para que se tenha diferentes percepções, e se cumpra o objetivo de promover a aprendizagem e auxiliar tomadas de decisão.

Para desenvolver essa avaliação nós sugerimos que o Gestor se reúna com os Responsáveis pelas Ações e tabule as informações de cada uma delas, para que ele tenha uma melhor visualização da contribuição de cada ação no alcance do objetivo do programa.

Esta dinâmica proporciona uma troca de informações que vai contribuir para se dar conformidade (harmonizar) à avaliação do programa e resultar em encaminhamentos consistentes para o aprimoramento da gestão e do desenho do Programa.



INDICADORES DO PROGRAMA



INDICADORES DO PROGRAMA

Em meados da década de 1960, um diretor de projetos da NASA, Raymond Bauer, fez uma definição de indicadores bem clara. Para ele indicadores são **“estatísticas e séries estatísticas e todas as outras formas de evidência que nos capacitem a avaliar em que ponto estamos e para onde estamos indo com relação aos nossos objetivos e valores”**.

Outra definição conhecida:

“Indicadores são medidas que representam ou quantificam um insumo, um resultado, uma característica ou o desempenho de um processo, de um serviço, de um produto ou da organização como um todo”.



INDICADORES DO PROGRAMA

O uso de indicadores de desempenho é essencial na gestão que têm foco em resultados.

É fundamental que os indicadores sejam direcionados para tomada de decisões gerenciais voltadas para a solução dos problemas apontados no programa, servindo de base inclusive para a revisão das metas já estabelecidas.

INDICADORES DO PROGRAMA

Os indicadores são utilizados para:

- Internalizar na organização pública as necessidades e expectativas dos clientes;
- Possibilitar o estabelecimento e desdobramento das metas de uma intervenção;
- Embasar a análise crítica dos resultados da intervenção e do processo de tomada de decisão;
- Contribuir para a melhoria contínua dos processos organizacionais;
- Facilitar o planejamento e o controle do desempenho, pelo estabelecimento de métricas-padrão e pela apuração dos desvios ocorridos com os indicadores; e
- Viabilizar a análise comparativa do desempenho da organização em intervenções diversificadas.



INDICADORES DO PROGRAMA

Os indicadores devem estar ligados ao objetivo do programa, servindo para medir claramente o problema a ser solucionado. Eles demonstram a solução, ou não, de um problema ou o atendimento de uma demanda da sociedade.

É necessário que o Gestor do Programa tenha clareza do tipo de indicador que utiliza e verificar se ele é adequado ao programa, ou seja, se o indicador têm capacidade de captar efetivamente os efeitos da intervenção do programa.



ANÁLISE DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Este campo deve justificar os resultados de cada um dos indicadores no ano, inclusive se não forem atualizados.

Aqui será avaliado o índice alcançado no ano de 2009 em relação ao que está previsto no PPA 2008-2011, para o exercício 2009.

Recomenda-se que o conteúdo deste campo tenha redação objetiva e clara de forma a prestar informação de fácil entendimento a todos os leitores/usuários.



ANÁLISE DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Neste campo também, devem ser registradas informações que falem sobre os atributos dos indicadores, que não tenham sido apurados, de forma a fundamentar a sua adequação/correção.

Deve-se justificar, ainda, a inexistência de indicadores e apresentar providências.

Se o órgão ou algum outro instituto tiver apurado um índice mais atual, em relação àquele que está informado no PPA 2008-2011, deverá ser feito um breve comentário sobre a evolução desse índice.

Se o Gestor do Programa considerar o indicador inadequado para medir a evolução do programa poderá sugerir um outro para substituí-lo.



ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

Como no ano passado, a análise se dará através dos tópicos:

- 1 – EXECUÇÃO DO PROGRAMA;
- 2 – RESULTADO DO PROGRAMA;
- 3 - PRINCIPAIS RESTRIÇÕES E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS;
- 4 – OUTROS ASPECTOS RELEVANTES;
- 5 - RECOMENDAÇÕES;
- 6 – OUTROS PRODUTOS ENTREGUES NO PROGRAMA.



EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Execução do Programa é o acompanhamento das ações governamentais, que visa à avaliação da implementação das políticas e a verificação do cumprimento das metas previstas na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual.



EXECUÇÃO DO PROGRAMA

AVALIAÇÃO QUANTO À EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Neste campo a metodologia, quanto ao critério de Eficiência, está estruturada para verificar se os resultados do Programa estão sendo alcançados, tendo em vista os objetivos das ações e a alocação de recursos para o atingimento de seus produtos. Assim, basicamente, o que se propõe é verificar o grau de execução das metas físicas e financeiras das ações que constituem os Programas.



EXECUÇÃO DO PROGRAMA

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

- **Recursos Financeiros** (Ex: os recursos financeiros liberados foram suficientes? os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação?)
- **Recursos Humanos** (Ex: houve número adequado de pessoas trabalhando na gerência e na execução do Programa?)
- **Recursos Materiais** (Ex: foram disponibilizados recursos materiais suficientes para a execução do programa?)



EXECUÇÃO DO PROGRAMA

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

- **Infra-Estrutura** (Ex: houve disponibilidade de salas e laboratórios suficientes para a execução do programa?)
- **Cumprimento de Metas Físicas** (Neste ponto será considerado o cumprimento do conjunto de metas físicas em relação ao objetivo do programa. Considere, com maior ponderação, o desempenho das ações que mais contribuem para o alcance do objetivo)

SEPLAN
Secretaria do Estado de Planejamento
e Coordenação Geral



RESULTADOS DO PROGRAMA



RESULTADO DO PROGRAMA

Esse tópico tem a finalidade de apresentar o desempenho do programa no enfrentamento do problema que lhe deu origem, considerando os seguintes aspectos:

- Hierarquização dos principais resultados obtidos em 2009. O resultado final dos programas deve conter enunciados que consistam na concretização do objetivo do programa, associado à mudança da situação inicial do problema e, sempre que possível, que este resultado seja quantificado, qualificado e regionalizado para que a atuação da política pública seja transparente.
- Alcance dos índices previstos para os indicadores ao final do PPA. Analisar o alcance do índice em relação ao previsto para o final do PPA 2008-2011.



RESULTADO DO PROGRAMA

- Reanalisar o problema que gerou o programa no que se refere às suas características (causas e efeitos). Verificar se houve alteração significativa em sua intensidade, amplitude, urgência, tendência de agravamento ou atenuação.
- Se o programa continua alinhado com os objetivos estratégicos do governo e do órgão.
- Se as ações (projetos/atividades) continuam direcionadas para as causas do problema.
- Se o objetivo é adequado ao programa, à cobertura do Público-Alvo e ao nível de Satisfação dos Beneficiários. Deve também indicar quais os impactos/resultados para o público alvo.



RESULTADO DO PROGRAMA

- As principais oportunidades e dificuldades encontradas no período para o alcance dos objetivos.
- Existe algum mecanismo no órgão responsável pelo programa para o monitoramento sobre o desempenho físico das ações que compõem o programa?
- É realizada alguma avaliação da satisfação de seus usuários / beneficiários em relação à execução do programa?
- Outros aspectos a serem considerados: 1) mudança na gestão interna do programa; 2) alterações na política setorial; 3) contingenciamento.



Principais restrições e providências adotadas

Restrições – Identificação de fatores que dificultam ou impedem a execução de determinada ação ou programa, sinalizando a necessidade de intervenção.

Caso o programa tenha apresentado dificuldades na execução, com reflexos na programação físico-financeira, indicar as principais restrições. Considere aquelas que tiveram maior incidência no cumprimento da programação e aquelas que interferiram no desempenho das ações de maior impacto.



Principais restrições e providências adotadas

Tipos de restrições:

- **Administrativas** (Ex: problemas com tramitação de documentos, capacitação insuficiente da equipe, dificuldades relacionadas com contratos ou convênios);
- **Ambientais** (Ex: problemas com licenciamento ambiental, estudos ambientais e negociação de compensações ambientais);
- **Auditoria** (Ex: recomendações, instruções e orientações emitidas pela AGE ou Tribunal de Contas que devam ser cumpridas antes que o órgão possa dar seqüência a ação);
- **Financeiras** (Ex: problemas com repasse de recursos, empenho e liquidação de despesa; atraso, liberação parcial ou não liberação de recursos financeiros, fluxo de recursos incompatível com a demanda do programa e/ou ações);
- **Gerenciais** (Ex: Falta de autonomia do gestor do programa frente às decisões do órgão, falta de instrumentos gerenciais, como sistemas informatizados de apoio e indicadores atualizados);
- **Institucionais** (Ex: Organização inadequada do órgão para a gestão por programas e conflitos de interesses entre as organizações envolvidas na execução do programa);



Principais restrições e providências adotadas

Tipos de restrições:

- **Judiciais** (Ex: Interrupção na execução do programa por decisões judiciais, como liminares e mandados);
- **Licitatórias** (Ex: Dificuldades na execução dos processos licitatórios, ausência de licitantes, impugnação da licitação, atraso na análise das propostas, ou na adjudicação do vencedor, desistências, etc);
- **Orçamentárias** (Ex: Dotação orçamentária insuficiente para a execução do programa/ações, contingenciamento, dificuldade de obtenção de créditos adicionais);
- **Políticas** (Ex: Divergência política entre os atores envolvidos, inclusive entre Executivo, Legislativo e Judiciário, dificuldades de aprovação legislativa);
- **Técnicas** (Ex: Escassez de equipamentos de informática para a gestão do programa, inadequação ou obsolescência da tecnologia empregada para a execução das ações do programa);
- **Tecnológicas** (Ex: Problemas imprevistos de ordem técnica que provocam atrasos no andamento do programa).



OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Comente se houve algum outro aspecto relevante que interferiu no resultado do programa e que não se encontra descrito acima.

RECOMENDAÇÕES

Indicar quais as providências a serem tomadas para que o programa seja mais eficiente.



OUTROS PRODUTOS ENTREGUES

O órgão deverá informar outros produtos entregues e que não foram previstos nas ações, mas que foram relevantes. Para tanto, deverá descrever o produto entregue, sua unidade de medida, quantidade e valor utilizado da ação original. Deve ainda, relacionar os municípios onde estes produtos foram entregues, apresentar justificativa e origem dos recursos utilizados.

Neste campo deve-se relatar como surgiram os produtos, quais suas aplicações e relação com os produtos originais do programa.

CONCLUSÃO

SEPLAN
Secretaria do Estado de Planejamento
e Coordenação Geral





CONCLUSÃO

A importância do RAG no Ciclo de Gestão

Os dados produzidos pelo RAG fornecem informações para a tomada de decisão dos governantes e para a melhoria da qualidade na alocação dos recursos públicos – demonstra ainda os produtos e serviços disponibilizados aos cidadãos de nosso estado.



Avaliação

Monitoramento

Revisão

Execução dos
Programas

Ciclo de Gestão

Planejamento
expresso em
programas

**Problema ou
demanda da
sociedade**





Agenda

Até 01/03/2010	MAR	ÓRGÃOS	Envio do ofício e formulário de cadastro de usuários do sistema para confirmação/atualização/nova inscrição.
02 à 05/03/2010	MAR	SEPLAN	Confirmação e cadastramento de usuários no sistema.
03/03/2010	MAR	ÓRGÃOS	Capacitação dos órgãos e núcleos sistêmicos das Áreas Econômica/Ambiental, Social e Instrumental e apresentação do Manual.
04/03/2010	MAR	ÓRGÃOS	Abertura do Sistema.
04 à 19/03/2010	MAR	ÓRGÃOS	Análises das Ações (projetos, atividades e operações especiais). Avaliações dos Programas.
22 à 26/03/2010	MAR	SEPLAN	Análise da SEPLAN e recomendações de ajustes.
29/03 à 07/04/2010	MAR/ABR	ÓRGÃOS	Promoção dos ajustes solicitados pela SEPLAN
08 à 16/04/2010	ABR	SEPLAN	Consolidação, preparação, encadernação, conferência, cópias.
30/04/2009	ABR	SEPLAN	Entrega do Relatório da Ação Governamental na Assembléia Legislativa e TCE



Manual do RAG

www.seplan.mt.gov.br

Menu RAG

- Estão os manuais e apresentações dos RAGs anteriores
- Outras informações
 - Roteiro de análise da SEPLAN
 - Ficha para Cadastro de Responsáveis

MUITO OBRIGADO A TODOS !



SEPLAN
Secretaria do Estado de Planejamento
e Coordenação Geral



Governo do
Mato Grosso